

O RECIFE HOLANDÊS: HISTÓRIA NATURAL E COLONIZAÇÃO NEERLANDESA (1624-1654)

DUTCH RECIFE: NATURAL HISTORY AND NETHERLANDS' COLONIZATION (1624-1654)

HELOISA MEIRELES GESTEIRA

IFCS - UFRJ

RESUMO - O artigo tem por objetivo elucidar o papel do Recife Holandês, especialmente durante o período do governo do conde João Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644), como um lugar privilegiado para a produção de conhecimento sobre a natureza americana. Entre os anos de 1637 e 1645, os naturalistas Guilherme Piso e Jorge Marcgrave realizaram viagens científicas ao Novo Mundo. Dessas viagens resultaram as obras *História Natural do Brasil* (1648) e *História Natural e Médica da Índia Ocidental* (1658). A partir da metáfora do teatro para se referir à natureza, identificamos nas formas de apreensão do mundo natural e nas suas representações a especificidade da maneira pela qual os neerlandeses estruturaram e exerceram o domínio sobre o espaço colonial durante a Época Moderna.

Palavras-chave: História Natural; coleção científica; colonização holandesa.

ABSTRACT - The main objective of this article is to elucidate Dutch Recife's role as a privileged place for the study of nature in the New World, especially during count John Maurits of Nassau-Siegen's government (1637-1644). From 1637 to 1645, naturalists Guilherme Piso and Jorge Marcgrave made scientific expeditions to the New World. These voyages led to the publication of *História Natural do Brasil* (1648) and *História Natural e Médica da Índia Ocidental* (1658). By making use of the metaphor of the theatre to refer to Nature, we can identify in the relationship between the ways of apprehension and representation of the natural world the specific manner in which the Netherlanders have exerted their domination on their colonial sphere during Modern Age.

Keywords: Natural History; scientific collection; Dutch colonization.

6

Do solo fez o senhor Deus brotar toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento; e também a árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conhecimento do bem e do mal. *Gênesis*, 2, 9.

O Recife holandês, entre os anos de 1637 e 1645, foi um espaço privilegiado para a realização de estudos sobre a natureza americana. Essa constatação convida a refletir sobre até que ponto se constituiu ali um lugar de produção de conhecimento, diferenciado dos outros núcleos urbanos que vinham se desenvolvendo ao longo do processo de colonização da então América portuguesa.

A CIDADE MAURÍCIA

O chamado Recife holandês era constituído de um núcleo urbano, do porto e da Cidade Maurícia. Antes do estabelecimento do domínio neerlandês, o Recife era apenas um povoado submetido ao controle da Vila de Olinda e que tinha sua vida marcada pelas funções portuárias, sendo por isso chamado *arrecife dos navios*¹. Com a presença batava, esse povoado e o porto se tornaram o



Frontispício de *História Natural do Brasil* (Guilherme Piso e Jorge Marcgrave, 1648), composto por animais e plantas que representam o Novo Mundo. Destacam-se ainda um casal de indígenas e, ao fundo, uma cena muito freqüente nos relatos neerlandeses: a dança dos habitantes da terra, consagrada no famoso quadro de Albert Eckhout, *A Dança dos Tapuias*.

principal centro administrativo da região. A vinda do conde João Maurício de Nassau-Siegen, em 1637, para ocupar o cargo de governador, capitão e almirante general do Brasil em nome da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, e a estabilização do domínio neerlandês contribuíram para que o núcleo urbano sofresse ainda maiores transformações. Além de transferir o centro político de Olinda para o Recife, Nassau investiu na construção de uma cidade, a *Mauritstad*².

O Recife teve sua paisagem urbana bastante alterada sob o domínio batavo, com o surgimento de seus *sobrados altos e magros*, para usar expressão de Gilberto Freyre³. É freqüente relacionar o crescimento do local com a presença dos comerciantes, que ali viveram e eram também altos funcionários da Companhia das Índias Ocidentais⁴. Este fato fez com que alguns trechos da paisagem urbana do Recife lembrassem a paisagem do norte da Europa.

Ao lado do prédio do Conselho Político, ali se encontravam a alfândega, o armazém e o porto, o que fazia do Recife um verdadeiro empório neerlandês engravado na América. O crescimento da cidade simbolizou o triunfo da Companhia sobre a região até aquele momento dominada pelos portugueses.

Logo que chegou à América, o conde de Nassau fixou residência no Recife. Assim que as batalhas em terra diminuíram, o Conde decidiu construir uma cidade que fosse sede de seu governo e também sua moradia⁵. O local escolhido, a Ilha de Antonio Vaz, era um terreno *sáfaro e inculto*⁶, apenas um matagal situado entre o Forte Ernestus e o Forte das Três Pontas. Para Johan Nieuwhof⁷, a ilha era um terreno *alagadiço*. Para Frei Manuel Calado⁸, o sítio escolhido por Nassau para erguer sua cidade não passava de um areal *infrutífero*.

Construir uma cidade em espaço colonial, uma *cidade colonial*⁹, implicava não só no controle sobre a região, como também a domesticação da natureza selvagem, como podemos notar através dos desafios enfrentados pelos neerlandeses para construir a Cidade Maurícia.

Segundo Frei Manuel Calado, "... andava o Príncipe Conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua cidade, que para afervorar os moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa"¹⁰. A citação denota uma particularidade deste núcleo urbano, contrastando especialmente com as vilas e cidades da América portuguesa. Sérgio Buarque de Holanda afirmou que as cidades surgiam *ao sabor dos caprichos individuais*, sem que fossem edificadas a partir de um plano geometricamente ordenado¹¹. A cidade neerlandesa, pelo contrário, foi construída a partir de um projeto traçado segundo padrões geométricos. A demarcação do Recife holandês, a partir de uma representação geométrica, aparece em inúmeros mapas da época. Acredita-se que a cidade tenha sido concebida pelo arquiteto Pieter Post, que diferentemente de seu irmão, o pintor Frans Post, nunca viajou para o Brasil. Tudo indica que o Conde tenha trazido a planta consigo com a intenção de edificar uma cidade¹².

Desta forma, a Cidade Maurícia representa muito bem o que Angel Rama considerou típico das cidades americanas durante o processo de colonização da Época Moderna: um *parto da inteligência*, que visava ordenar e hierarquizar a sociedade. Essa perspectiva só era possível pela presença de uma *mentalidade barroca*¹³, onde as idéias de ordem e projeto eram fundamentais. As cidades eram também locais de recepção da cultura européia, criando, na América, uma dicotomia: o interior era sinônimo de barbárie e a cidade símbolo de civilização. Rama atrelou o projeto colonizador à necessidade de dominar e moldar os homens. Para isto, argumenta o autor, as cidades serviam de centro de administração da colônia, o que implicava diretamente na imposição das exigências colonizadoras, a saber, militares, comerciais, civis e religiosas¹⁴. No caso do Recife holandês, acrescenta-se uma característica: a produção de conhecimento sobre a natureza.

Considerar a *cidade colonial* como um dos focos difusores do processo colonizador – no caso específico da proposta deste artigo –, remete ao problema da relação entre produção de conhecimento e espaço urbano colonial. A questão que se coloca é: até que ponto a cidade contribuiu como lugar privilegiado para a realização de estudos da natureza americana? Pensar o Recife holandês como local especialmente dotado para a realização de observações sobre o mundo natural torna necessário identificar, neste núcleo urbano, espaços que poderiam contribuir para a iniciativa.

Dentro dos limites da Cidade Maurícia foi construído o Palácio *Vrijburg*, aonde Nassau fixou residência. A construção era rodeada por um jardim, ocupado por plantas e animais, o Jardim do Conde. O palácio era também o local de onde Nassau governava; ali ele despachava, recebia seus colaboradores e amigos, como o frei Manuel Calado.

Além do nome oficial, o edifício ficou conhecido também como Palácio das Torres. Numa delas foi montado um observatório astronômico, a partir do qual Jorge Marcgrave pôde olhar atentamente o céu do hemisfério Sul. Como atesta o testemunho de Piso, "... acerca de outros fenômenos em parte não dantes vistos pelos europeus: como bastante vezes observamos da alta torre construída para usos astronômicos pelo Ilustríssimo D. J. Maurício, Príncipe de Nassau, e muito bem descrita pelo meu auxiliar, a quem remeto o curioso leito"¹⁵.

A astronomia do período era carregada de significados: acreditava-se que a movimentação dos astros mantinha relação direta com os fenômenos terrestres, tanto físicos como sociais. É o que mostra o trecho escrito por Gaspar Barléu em *História dos feitos recentemente praticados no Brasil*:

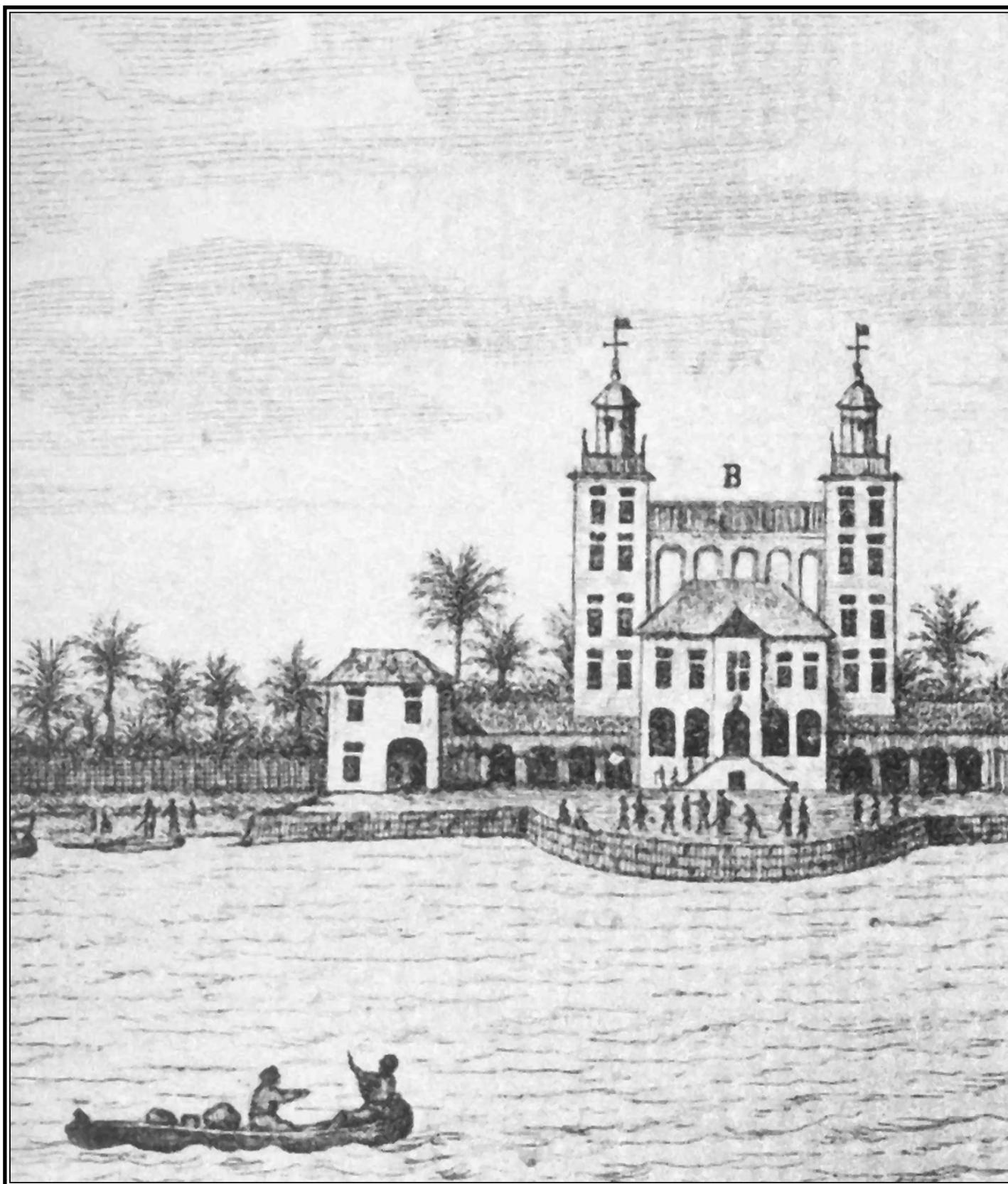
No fim do ano de 1640, houve um eclipse do sol, quase total para o Brasil. Noto-o aqui não como um fato maravilhoso para o nosso tempo em que já se tornaram conhecidas as causas deste fenômeno, mas por ter sido ele recebido como feliz agouro pelos cidadãos benévolos, isto é, por aqueles que se comprazem em prometer aos príncipes, mediante a observação dos astros, o favor do céu e a indulgência de Deus. Animavam eles os que esperavam na realização dos seus votos, e, interpretando esta privação da luz celeste como o ocaso e desaparecimento do esplendor hispânico nas terras do Ocidente, exaltavam o Conde por que pode ser empanado o intenso fulgor do poderio real¹⁶.

Embora o nosso interesse incida sobre as observações no campo da história natural, é importante registrar que a prática de coletar as informações no Brasil e remetê-las para a República ocorreu também com as observações astronômicas. Parte dos manuscritos de Marcgrave foi entregue a um de seus professores, o astrônomo da Universidade de Leiden, Jacob Golius¹⁷. O eclipse cuidadosamente anotado e desenhado por Marcgrave, por exemplo, foi publicado em *História Natural e Médica da Índia Ocidental* e em *História dos feitos recentemente praticados no Brasil*.

O JARDIM: A NATUREZA SITIADA

Desde a Antigüidade, o cultivo de jardins esteve presente nas mais diversas formações culturais judaico-cristãs. São inúmeras e diversificadas as formas e significados relacionados a esta prática, mas destacaremos apenas algumas que nos interessam para nossa argumentação. Por um lado, o cultivo de jardins sempre esteve ligado à tradição religiosa, como forma de evocar o paraíso perdido; por outro lado, o jardim – principalmente aqueles localizados nas residências dos governantes – sempre simbolizou luxo e riqueza. Dois importantes aspectos ligam-se às *imagens* aqui mencionadas. Ao remeterem à idéia de paraíso, os jardins asseguravam a própria sobrevivência do homem, na medida em que garantiam a oferta de alimentos, reunindo espécies variadas. O segundo aspecto ressalta o jardim como local de deleite para o príncipe, ao mesmo tempo em que engrandece sua imagem diante do público¹⁸.

O Jardim do Conde, entretanto, distingue-se dos demais por dois ângulos fundamentais. Por ser um jardim construído no século XVII, ele já se apresentava como um espaço útil ao conhecimento do homem acerca do mundo natural. Mas, sendo erguido em espaço colonial, transforma-se simultaneamente em local de coleta de informações e espécies da natureza americana – muitas delas remetidas para a Europa para enriquecer os jardins botânicos e outras coleções – e em ponto de recepção e adaptação de espécies estrangeiras.



Palácio *Vrijburg* ou das Torres, como também era conhecida a residência de Nassau, com os coqueiros delimitando a residência e o jardim. Numa das torres se localizava o observatório astronômico, de onde Jorge Marcgrave realizou observações do céu do hemisfério Sul. Gravura de Frans Post publicada no livro de Gaspar Barléu, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, edição de 1648.



A formação do jardim respondeu a vários objetivos e práticas específicos da colonização neerlandesa, nomeadamente a articulação que havia entre o círculo intelectual ligado à Universidade de Leiden e a expansão ultramarina da República das Províncias Unidas. A iniciativa particular do Conde Maurício de Nassau foi realmente fundamental para o surgimento de um ambiente favorável aos estudos científicos no Recife holandês. Entretanto, todo o investimento na produção de conhecimento extrapolava as paixões do Conde, relacionando-se também com os interesses expansionistas da República.

O jardim situava-se ao redor do Palácio Vrijburg, delimitando o terreno. Um de seus lados terminava nas margens do Rio Capibaribe, pelo qual também se podia chegar ao palácio por meio de uma rampa de pedra. Esta forma de representar o jardim como parte do conjunto arquitetônico ligava-se à concepção de arquitetura do início do século XVII neerlandês que muito se inspirava no modelo italiano renascentista.

Em cada lado da construção, encontravam-se as plantações de ervas e arbustos cercados de limoeiros. Próximo das plantações, à esquerda, situava-se um caminho de vinhas e, à direita, um caminho de romãzeiras. Logo atrás da construção, havia o viveiro de peixes e, ao seu redor, um lugar reservado para cisnes. Na mesma direção do viveiro, do lado esquerdo, encontravam-se as plantações de frutas cítricas. Do lado direito, árvores de frutos variados. Ainda neste plano, relativo à extremidade esquerda da planta, encontravam-se o estábulo com sua entrada, a habitação dos escravos e um pombal. Bem próximo deste, havia uma plantação de vegetais. Logo acima, situavam-se um galinheiro, uma plantação de bananas, um lugar reservado para jogos e um cercado circular. Na parte superior da planta, surgiam novamente os viveiros de peixes e, próximo ao menor deles, um espaço circular dividido em quatro partes para criação de coelhos. Estas divisões aparecem geometricamente bem traçadas na planta e, entre elas, bem como ao redor de todo o terreno, encontram-se caminhos repletos de coqueiros¹⁹.

A variedade de espécies do jardim era grande. Gaspar Barléu também se preocupou em descrevê-las, dividindo-as em duas categorias: as *conhecidas* e as *desconhecidas* dos europeus. Entre as conhecidas, estavam os coqueiros, originários do arquipélago malaio; as laranjeiras e os limoeiros, ambos naturais da Ásia; as romãzeiras, encontradas no norte da África, sul da Europa e sul da Ásia; e as figueiras, originárias da Arábia. Entre as desconhecidas, estavam os mamoeiros e os jenipapeiros, ambos nativos da América tropical; as mangabeiras, encontradas no cerrado brasileiro; os cajueiros, nativos do Brasil; as palmeiras, a maior parte encontrada na Colômbia e Brasil; as pitangueiras, nativas do Brasil; as pacobeiras ou bananeiras, originárias da Índia e da Malásia; os cabaceiros, os araticuns jamacarús, as uvalheiras, os tamarindeiros, os castanheiros, as tamareiras, as vinhas, além de arbustos, legumes, ervas medicinais e plantas ornamentais²⁰.

A significativa diversidade de espécies ligava-se ao próprio fornecimento de frutos aos cidadãos durante os períodos de escassez. O abastecimento da cidade poderia ficar comprometido caso ocorresse uma guerra – o que era freqüente – entre os neerlandeses, moradores da cidade e os portugueses, que habitavam o interior, onde cultivavam a cana-de-açúcar. Uma das estratégias utilizadas pelos portugueses era o cerco da cidade, para impedir a entrada de víveres. A importância do jardim como fonte de alimentos é algo que também pode ser verificado num panfleto editado na República em 1647, depois da partida de Nassau do Brasil, no qual se falava da situação econômica e social do Recife holandês: “Além disso os senhores vão mandar destruir o belo jardim de S. Exc. sem haver razão de causa para isto, e assim ficaremos privados dos refrescos que aí temos em abundância sem despesas. Declara-se falsamente nas notas que o povo tem pedido, como si esse quisesse privar a si mesmo dos meios de vida”²¹.

As várias funções do Jardim do Conde não se esgotavam aí. Para Johan Nieuhof, funcionário da Companhia, que escreveu a memória de suas viagens, o Jardim assumiu também a importância de reunir os três mundos que a Companhia deveria ligar pelos laços do comércio: a Europa, a África e as Índias. “... Na parte da ilha, que fica entre os rios Capibaribe e Beberibe e entre o Forte Ernesto e o

forte triangular de Waerdenburgh, encontravam-se os já citados jardins do Conde Maurício, providos de todas as variedades de plantas, frutas, flores, verduras que a Europa, a África, ou ambas as Índias poderiam proporcionar²².

Além de fornecer alimentos, o Jardim era um local de reunião de espécies tropicais, um terreno onde as plantas poderiam ser cultivadas com sucesso e as espécies animais poderiam ser observadas. Albert Eckhout, pintor que esteve no Brasil durante o governo de Nassau, registrou várias destas espécies, criando telas que, em alguns casos, serviram de base para as ilustrações do livro de Piso e Marcgrave sobre a fauna e flora do Brasil.

A quantidade de espécies encontradas no Jardim, ainda segundo os relatos, permite identificar o local como um típico jardim de príncipes como os encontrados na Europa durante o Renascimento e início da Idade Moderna, onde as *curiosidades*, entre elas animais exóticos, compunham as coleções particulares. É importante marcar uma particularidade da coleção de curiosidades da Cidade Maurícia: enquanto as coleções européias incluíam artefatos produzidos pelos homens, todas as descrições de curiosidades da Cidade Maurícia valorizam apenas os objetos da natureza colecionados por Nassau.

O Conde sabia que sua residência no Brasil não seria permanente e seu maior desejo era ser reconhecido como homem ilustre da República. Ainda durante os anos em que se encontrava na colônia, Nassau deu início à construção de duas casas, uma em Haia e outra em Cleves, ambas contendo material enviado do Brasil para fazer parte de suas coleções e jardins²³, onde reunia objetos naturais e artefatos.

Assim o Jardim do Conde, além de contribuir para enaltecer a imagem de Nassau na região, serviria também como ponto de coleta de objetos a serem remetidos para a República, onde finalmente seriam apreciados nos gabinetes de curiosidades, e engrandeceriam também a imagem de Nassau. O jardim foi, como vemos, fortemente caracterizado como um local que contribuiu para a afirmação do poder e do prestígio do Conde de Nassau. Neste sentido, o que valorizava a coleção eram justamente as *curiosidades* ali encontradas, dispostas de modo a servir também como objetos de apreciação pública.

O investimento na construção do jardim demonstra o papel de mecenas de Nassau em relação às ciências produzidas no Recife holandês. Seu apoio era, de fato, fundamental, mas, ao nosso ver, não é razão suficiente para explicar o vasto material produzido pelos intelectuais ligados ao projeto batavo.

Considere-se, a partir de agora, o Jardim do Conde como um espaço de produção de conhecimento, fazendo com que a coleção assuma uma perspectiva um pouco distinta. Para identificar suas particularidades utilizaremos apenas os textos que se apresentam como produção científica. O tipo de abordagem contida nesses estudos aponta para possíveis correspondências entre o jardim e a concepção de natureza daqueles homens: provavelmente, tanto as escolhas dos produtos a serem plantados como a própria divisão do Jardim não eram feitas de modo aleatório²⁴.

O Jardim era o local onde as informações acerca das espécies eram coletadas principalmente por Piso e Marcgrave, o que reforça a idéia da especificidade da situação colonial na esfera da produção científica: espaço da observação. Importante lembrar que Marcgrave realizou mais viagens pelo interior do continente do que Piso, que era médico e concentrou suas atividades no Recife, trabalhando num hospital dentro do núcleo urbano.

Nos limites da Cidade Maurícia, o Jardim do Conde assumiu um papel importante no sentido de permitir a observação minuciosa das espécies, tornando-se indiscutivelmente um lugar de coleta de objetos e informações que, posteriormente, seriam incorporados às coleções científicas. Eis aqui um exemplo desse processo de transferência: "Dissequei com meu auxiliar uma fêmea viva (cujo esqueleto, todo formado de ossos fortes, presenteei ao Museu Anatômico de Leida)²⁵.

Johannes de Laet, nas notas que complementam os trabalhos de Marcgrave, referiu-se ao recebimento de espécies que foram enviadas do Brasil para serem estudadas mais detalhadamente na

República. Esse procedimento se repete com Piso, que acompanhou as duas edições de seu livro, reconhecendo a superioridade da segunda publicação em relação à primeira pelo fato de ter tido maior tempo de análise do material coletado durante sua viagem ao Brasil.

Em *História Natural e Médica das Índias Ocidentais*, de 1658, Piso deixou transparecer a importância da correspondência mantida com os sábios da República quando ainda se encontrava no Brasil, particularmente com aqueles que estavam ligados à Universidade de Leiden. Um exemplo dessa troca está na descoberta de uma espécie nova, o *iamacuru* ou figueira-da-índia: depois de descrever sua forma e seus atributos, Piso falou da importância de ter enviado um tronco dessa espécie para o Horto de Leiden, onde seria também examinado: “Por isso, com suma indústria, mandei levar do Brasil um tronco da grossura de uma perna humana, medindo cerca de vinte pés de comprimento, e agora está no Horto Acadêmico de Leida, aos cuidados do Ilustríssimo Professor D. Vórstio”²⁶.

Essa prática aparece freqüentemente nos livros aqui analisados. Isso reforça o argumento de que uma das particularidades do exercício intelectual realizado no Recife holandês era seu vínculo estreito com a República, onde se concretizava uma etapa superior da elaboração de conhecimento. A relação leva a pensar que o Jardim da Cidade Maurícia muitas vezes serviu de entreposto de produtos recolhidos nas viagens e enviados para a República, onde o circuito se completava. Aparece aqui, mais uma vez, a idéia da colônia como espaço por excelência de coleta e observação, tanto de informações quanto de produtos.

Em contrapartida, produtos também eram enviados pela metrópole para serem plantados na colônia com o objetivo de verificar sua adaptação num ambiente distinto do original, prática que se intensificou com os descobrimentos. Esta era uma atividade importante na medida em que se acreditava que o clima e o meio eram fatores determinantes nas diversas conformações das espécies, bem como nas suas diversas atribuições. As espécies de outras regiões, encontradas no Jardim, refletem uma preocupação dos neerlandeses em sistematizar tal atividade.

A prática de transportar espécies exóticas para experimentar sua adaptabilidade em um meio distinto não foi, de forma alguma, uma novidade. O que particulariza a experiência neerlandesa, foi justamente a construção do Jardim, que muito contribuiu para a sistematização desta prática²⁷.

O Jardim, como vimos, servia tanto como local de adaptação das plantas, quanto para o estudo das melhores formas de cultivo de uma determinada espécie. Nos limites do Jardim do Conde, contudo, pode-se especular que a tentativa de introduzir espécies era feita de forma apenas experimental, ou seja, plantava-se a semente diretamente na terra, sem colocá-la em estufas ou sem utilizar qualquer outro artifício. Procurava-se apenas estabelecer quais plantas poderiam ser cultivadas na região. Nas descrições das espécies, tanto de Piso como de Marcgrave, é freqüente a indicação do lugar de origem das plantas, as quais são divididas em três categorias: silvestres, cultivadas e aclimadas.

O Jardim pode, assim, expressar uma relação de troca, mesmo que desigual, na medida em que as análises mais sofisticadas acerca da natureza são feitas na metrópole. O jardim representa um espaço por excelência de observação do meio americano e de coleta de espécies. Contudo, a articulação entre os produtos tropicais da América e as teorias da história natural era elaborada nas academias da Europa, neste caso particular, em Leiden.

Isto não significa que o Jardim do Conde perdesse seu valor positivo, considerando-se a situação estritamente colonial. Podemos identificar algumas práticas experimentais que foram ali realizadas. Como exemplo, cito a observação de Piso sobre o processo de reprodução das espécies, pois o acasalamento vinha ganhando importância para o processo de classificação²⁸: “Eu ainda não pude saber se de fato este nosso "Acarpeba" nasce, também à maneira das carpas, isto é, sem comércio do macho com a fêmea, como pelos autores é atestado acerca das carpas; embora muitas vezes me esforçasse por observar isto nos viveiros do ilustríssimo Príncipe Maurício”²⁹.

Ao longo dos textos de Piso e de Marcgrave, encontram-se referências aos experimentos que realizaram no Brasil. Várias espécies foram dissecadas, permitindo que o olhar dos estudiosos pene-

trasse nas entranhas da natureza. Desta forma, o Jardim do Conde, seguindo o modelo do Anfiteatro de Anatomia e do Horto Botânico situados em Leiden, foi palco dessas experiências.

Finalmente, o Jardim tomado como espaço de observação da natureza coincide com o desejo de identificar todos os atributos e características dos seres e objetos presentes no mundo como criaturas de Deus. Assim, descobrir os segredos mais ocultos significa, em si, uma reaproximação com os desígnios do Criador.

O Jardim do Conde sugeria a própria imagem do jardim do Éden, na medida em que ganhava a dimensão de garantir a vida humana em terras distantes. Os frutos dessa terra, que podiam matar ou curar, talvez fizessem parte da “árvore da vida”, metáfora evocada no texto em epígrafe. Para os neerlandeses, o conhecimento significaria justamente o enfrentamento do bem e do mal, na medida em que permitiria o discernimento das coisas do mundo. Explorar a “árvore do conhecimento” não permitiria o retorno ao paraíso, mas certamente representaria uma maneira de aproximar-se de Deus.

COLETAR, COLECIONAR

O Recife holandês teve uma duração efêmera. Com a intensificação das guerras que resultaram na expulsão dos neerlandeses, muitos lugares foram arruinados a partir de 1645. A destruição assumiu formas diversas: alguns prédios foram demolidos para a reutilização do material em outras construções, como por exemplo, as fortificações improvisadas pelos moradores do Recife holandês, outros apenas readaptados para atender a situação de guerra³⁰.

Como foi dito anteriormente, não consideramos o mecenato do Conde João Maurício de Nassau motivo suficiente para explicar todo o empenho dos neerlandeses em registrar a natureza americana. Os textos sobre o período, principalmente aqueles que tratam do material sobre história natural, frequentemente se referem à seguinte idéia, tão bem sintetizada por Peter Whitehead:

A história da iconografia do Brasil Holandês e das explorações científicas, que estiveram tão estritamente ligadas aos esforços artísticos, é uma história que deve começar com Johan Maurits. Até onde as observações “in loco” alcançam, também termina com ele. Os sete anos anteriores à sua chegada e os dez anos subsequentes à sua partida não mostram quaisquer contribuições artísticas ou científicas que não foram incluídas na “ouvre” mauriciana³¹.

A afirmativa nos parece apenas parcialmente correta. De fato, a administração nassoviana representou um momento de condições extremamente favoráveis para a realização de estudos elaborados pelos naturalistas. Isso refletia, inclusive, a forma pela qual a cultura científica vinha se impondo na Europa desde o Renascimento. Era comum que os homens com espírito curioso e científico fossem absorvidos pelas inúmeras cortes principescas ou por prósperos negociantes que desejavam conquistar prestígio social, pois, na medida em que enriqueciam, adquiriam os hábitos da nobreza³². Essa prática se estendia a todo o continente europeu. O papel de Nassau como mecenas fez parte deste contexto e foi relevante para as condições de trabalho dos naturalistas no Brasil.

Outros agentes sociais e instituições, como a Companhia das Índias Ocidentais, a Universidade de Leiden e a firma Elsevier, tipografia responsável pela edição dos trabalhos de Guilherme Piso e Jorge Marcgravae, tiveram um envolvimento direto com todo o empreendimento. Johannes de Laet transformou-se num personagem importante, pois mantinha ligações com as três instituições: era diretor da Companhia das Índias Ocidentais, prestava serviços para os Elsevier e mantinha contato intelectual com a Universidade de Leiden. Laet contribuiu para a realização e a divulgação desses estudos, uma vez que foi ele o responsável pela organização e publicação dos trabalhos de História Natural de Jorge Marcgrave. Além disso, não se deve menosprezar o fato de que ele desempenhou a função de compilador de estudos sobre a natureza americana até o momento em que se tornou oportuno o

envio dos naturalistas para o território dominado pelos neerlandeses no Novo Mundo, especialmente o Brasil, Johannes de Laet desde a década de 20 do século XVII publicara seu livro sobre a América³³.

A *bolsa do Brasil*³⁴, documento anteriormente citado, mencionava a destruição do jardim ao redor da casa de Nassau. O retorno do Conde para a Europa e a posterior expulsão dos batavos destruiu todo um projeto de consolidação de uma cultura científica no Brasil holandês ou apenas mais rapidamente evidenciou o sentido das pesquisas realizadas pelos naturalistas neerlandeses?

Avaliar a trajetória de alguns dados recolhidos a partir do Recife holandês e remetidos para a República auxilia na reflexão sobre a etapa final do processo: a incorporação das informações às coleções.

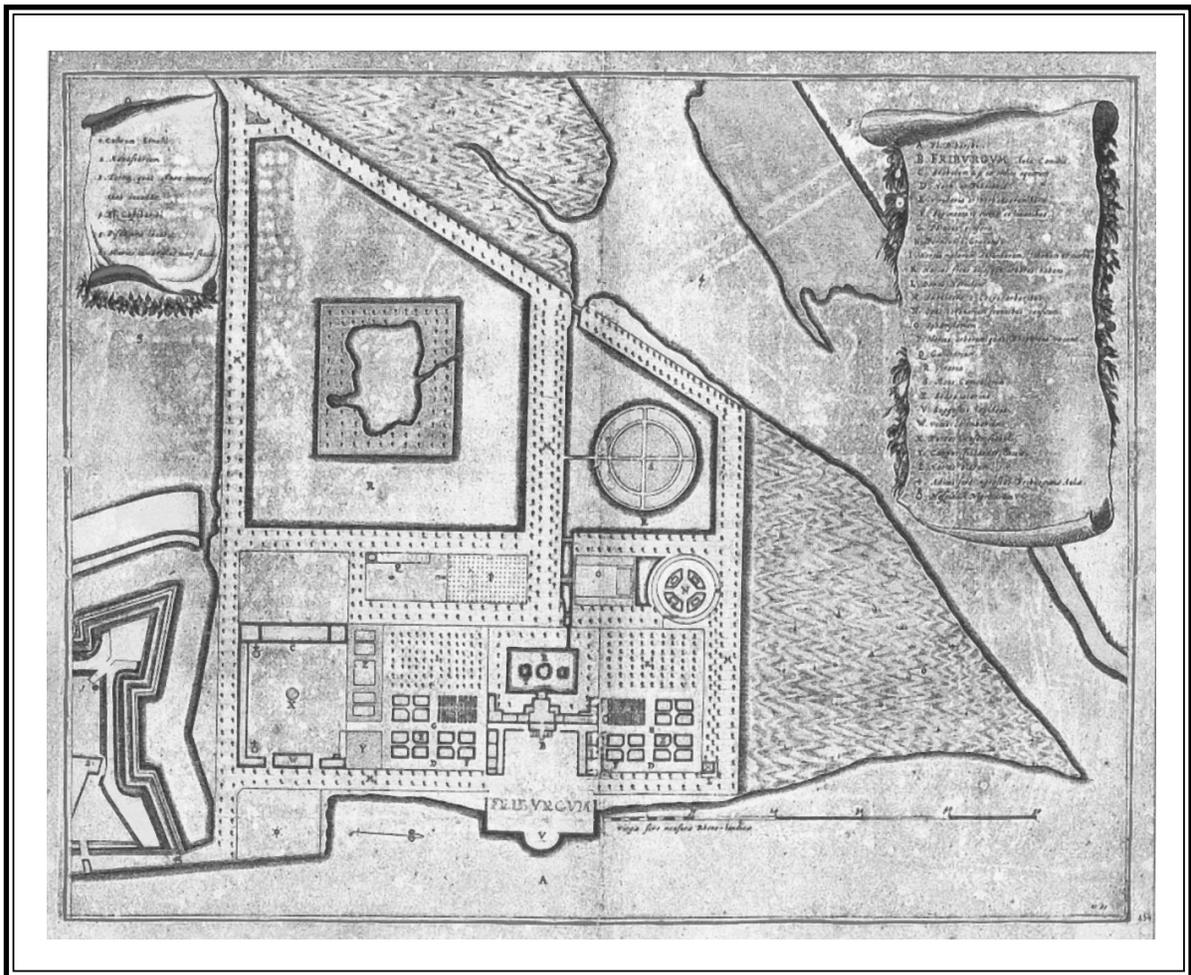
Uma das particularidades das viagens neerlandesas durante o século XVII para o Novo Mundo era a sua articulação à produção de conhecimento, na medida em que garantiam a coleta *in loco* de informações sobre a natureza americana que por sua vez eram remetidas para a Europa. O ato de colecionar significa retirar um objeto de seu *habitat* e transferi-lo para outro, onde ele assume um significado simbólico. Segundo definição de Krzysztof Pomian, os objetos de uma coleção estão fora de seu circuito, perdem o seu valor de uso, são protegidos na medida em que são colocados num recinto específico para serem vistos pelos homens e têm a sua função alterada, pois assumem o poder de ligar o espectador ao lugar original do objeto, seja este distante no tempo ou no espaço³⁵. Os objetos da natureza, ainda mais aqueles vindos de terras longínquas, assumem, nas coleções européias, o poder de transportar os espectadores para os países exóticos. Esta pode ser também uma das funções dos livros de história natural que tratam de lugares remotos. Acrescente-se ainda que a disposição dos objetos no interior de uma coleção, localizada num recinto que é especialmente preparado para abrigá-la, é fruto de uma ação voluntária por parte de quem a organiza³⁶.

Laet, quando se empenhou na edição de *História Natural do Brasil*, deixou evidente logo de início, qual seria a sua tarefa. Na apresentação da obra ele informava que iria examinar os dados que lhe foram entregues, ainda desordenados e confusos, e arrumá-los dentro de uma certa lógica. Piso, em 1648, advertiu o leitor de que aquilo que estava sendo editado apressadamente e ainda requeria uma maturação, uma reflexão cuidadosa. Em *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, o naturalista ratifica essa posição quando revela sua preocupação com a nova edição de seus trabalhos:

Como, porém, nada é mais freqüente do que acontecer às coisas exóticas, examinadas pouco profundamente, que sejam elogiadas até a superstição ou deprimidas e menosprezadas abaixo do seu valor, julguei muito importante, para que o material das Musas não seja exposto confusamente entre os povos civilizados cumprir eu, agora, (...) a saber: separar as coisas úteis das inúteis, as verdadeiras das duvidosas e supersticiosas, as salutares das nocivas; e afinal, publicar juntamente as coisas de argumento mais difícil e que exigem mais profundas pesquisas, ocultas até agora nos meus manuscritos, (...). Se o levei a termo com capacidade igual à alegria com que o compreendi, outros o julgarão³⁷.

O processo de ordenação e de amadurecimento aparecia como uma etapa complementar à coleta, e o procedimento de análise era realizado num espaço distinto, nos recintos de estudos situados na República das Províncias Unidas, por exemplo. Para organizar as observações feitas durante a viagem, não era mais imprescindível que o objeto natural estudado estivesse em seu original, o mundo natural americano, mas depositado, digamos, em coleções. Importante para conclusão do trabalho era o contato com o ambiente acadêmico. O contato com outros trabalhos de história natural também auxiliaria na elaboração da obra, ainda que a comparação com outros livros servisse para valorizar a própria experiência dos naturalistas neerlandeses, os quais souberam aproveitar a oportunidade de acesso direto ao seu objeto de estudo.

Esse mesmo processo pode ser verificado na coleção das pinturas agrupadas sob o título *Teatro das Coisas Naturais do Brasil (Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae)*³⁸. A maior parte das estampas que compõem os quatro volumes do *Teatro* parece ter sido feita por um dos pintores que acompanharam o Conde durante sua estadia no Brasil, Albert Eckhout³⁹.



Planta do Palácio *Vrijburg* acompanhada de um plano geométrico do Jardim, publicada no livro de Gaspar Barléu, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Na legenda, encontra-se a lista e a localização de algumas plantas cultivadas no jardim

Essas estampas foram oferecidas por Nassau, em 1652, ao Eleitor de Bradenburgo, Frederico Guilherme. O médico particular do Eleitor, Christian Mentzel, ficou responsável pela incorporação das estampas ao acervo da biblioteca de Frederico Guilherme. Na passagem seguinte verifica-se como Mentzel definiu a sua tarefa: “Quando o nosso Príncipe Maurício de Nassau, conquistador do Brasil, trouxe consigo um acervo de pinturas de coisas naturais do Brasil, incompleto, porém, e não elaborado, Tu (...) quiseste, como complemento de tuas realizações, que tudo fosse completado e ordenado nestes quatro tomos”⁴⁰.

Essa passagem expressa, uma vez mais, a idéia de que o material coletado precisava passar por um processo de classificação para ser incorporado a uma coleção. O mesmo ocorria com a edição dos livros. Assim, os quatro volumes de *Teatro das Coisas Naturais do Brasil* correspondem ao seguinte critério de separação de imagens dos objetos da natureza: aquáticos, voláteis, animais e plantas⁴¹.

Alguns comentários de Christian Mentzel na apresentação de *Teatro* ajudam a identificar o significado dado ao acervo ali reunido. Nesse caso específico, aliás, as estampas só poderiam ser contempladas pelos homens que tivessem o privilégio do acesso à biblioteca do Eleitor.

A primeira função da coleção era despertar a sensação de estar em contato com a natureza do Novo Mundo, mais particularmente do Brasil. É o que atesta o trecho a seguir, no qual Mentzel informa que *Teatro* era composto por “coisas que a Natureza produziu, alimentou e fez crescer, feitas nos seus próprios lugares de origem e pintadas em cores vivas e exatas, de modo a reproduzir a própria natureza o mais perfeitamente possível”⁴².

Em seguida, Mentzel fala do procedimento que o levou a agrupar as estampas nos quatro volumes diferentes. Como médico, o responsável pela catalogação das pinturas possuía um conhecimento especializado sobre os produtos naturais, o que certamente lhe facilitou o trabalho de classificação. Mentzel informou que eram dois os procedimentos classificatórios que poderia utilizar. Trabalhar apenas a partir de *História Natural do Brasil* de Piso e Marcgrave, ou observar a morfologia das espécies e recriar a organização. A primeira alternativa parecia atraente porque eles teriam visto *as coisas com os próprios olhos*. Porém, Mentzel se colocou diante do seguinte problema: “Nos livros de História do Brasil e de ambas Índias daqueles nobilíssimos autores, algumas vezes as imagens não correspondiam às descrições; os nomes eram os mesmos que os nossos, mas as figuras nem sempre correspondiam”⁴³.

Essa disparidade fez com que Mentzel concluísse que faltavam algumas informações no trabalho dos naturalistas, o que podia ser constatado nos originais que chegaram às suas mãos. Assim, ele decidiu que, em primeiro lugar, era necessário confrontar o material de que dispunha - as imagens - com os textos dos naturalistas. Quando os dados não correspondessem, ele utilizaria seu próprio critério de classificação.

Mentzel acabou por dispensar as categorias utilizadas por Piso em *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, que separavam as espécies em venenosas e não venenosas. O médico decidiu, assim, “misturar” as imagens das espécies e reagrupá-las com o seguinte cuidado: “ainda que com diligente observação, para a aparência externa das coisas naturais e daí deduzindo suas afinidades, o que me parecia mais importante e mais de acordo com a ordem natural das coisas”⁴⁴.

Essa prática, além de ser elucidativa do processo que estamos evidenciando - coletar os dados para posteriormente organizá-los em coleções - demonstra a importância da morfologia como modo de classificação das espécies. Foram as características exteriores que permitiram a Mentzel reunir as espécies novamente; ou seja, a observação e o olhar eram um recurso indispensável para aquele que se dedicava ao conhecimento da história natural.

Teatro deveria conter páginas em branco, para ser complementado com as imagens que, segundo Mentzel, estavam faltando. Essa proposta permite recuperar a importância das viagens no processo de formação das coleções européias, sejam elas científicas ou não. Como sugeriu o médico, o compromisso de completar a obra deveria ficar a cargo de Frederico Guilherme, que se responsabilizaria por encomendar as estampas a um pintor de sua confiança.

Na apresentação, Mentzel fez questão de deixar clara a sua idéia do verdadeiro sentido de :

O de poderes perceber de imediato com um só olhar a verdade e autenticidade das coisas, sem necessidade de longas e minuciosas descrições, não havendo nesta matéria nada mais do que se possa desejar. (...) detalhes que podem ser percebidos nas imagens em um só relance, num simples olhar. (...) Tão grande e valioso espetáculo das coisas exóticas, (...) não deixará jamais de enriquecer as Letras e Artes e de instruir a Posteridade⁴⁵.

A principal idéia contida nessa passagem era a de que a imagem deveria superar o texto escrito. Essa proposição de Mentzel é importante, pois reforça, novamente, o papel que o olhar adquire na apreciação dos fenômenos da natureza. *Teatro das Coisas Naturais do Brasil* levaria o espectador a ter a sensação de estar em contato direto com a natureza. Visto como uma coleção, *Teatro* assume a função de reproduzir a experiência do olhar. Os desenhos, que foram feitos por mãos habilidosas e treinadas, fizeram seguir para a Europa *as verdadeiras imagens das coisas, tal como a curiosidade dos tempos jamais pode realizar e nem sequer imaginar*. Essa operação só poderia se concretizar depois que os dados coletados fossem catalogados e depositados nas coleções.

Até aqui falamos apenas das pinturas que foram incorporadas a uma coleção particular. Mas, é preciso mencionar o destino de alguns exemplares de espécies americanas que foram remetidos do Recife holandês para a República das Províncias Unidas, sendo ali depositados em espaços específicos, como por exemplo, o Jardim Botânico e o Anfiteatro de Anatomia da Universidade de Leiden. A remessa pode ser reconstituída a partir da leitura dos textos de Piso e Marcgrave, reforçando um de nossos argumentos: a existência de uma troca de informações entre aqueles naturalistas e os que residiam na República. É o que se percebe nos exemplos abaixo:

“Na dissecação, nem eu pude notar, de modo algum que fosse, um verdadeiro umbigo, nem o ilustríssimo anatomista de Leida D. Falcobúrgio, que diligentemente dissecou um porco semelhante, enviado do Brasil”⁴⁶.

Ou ainda: “o esqueleto desta serpente, familiar na Índia Oriental e Ocidental e sem dúvida a principal de todas as brasileiras, esqueleto enviado do Brasil, por mim, ao Museu Anatômico de Amsterdão, confirma o que eu disse, como se pode ver nesta gravura anexa”⁴⁷.

Quando organizou os trabalhos de Marcgrave, Laet também fez inúmeras referências à troca de informações, falando sobre as espécies que enviou para o naturalista em viagem, ou mencionando uma determinada espécie que foi enviada do Brasil para ser observada na República.

Enfim, os exemplares da fauna e da flora do Novo Mundo, uma vez depositados nas coleções científicas, podiam ser observados pelos naturalistas, sem que estes precisassem viajar. Essa prática permitiu que os animais e as plantas da América se transformassem em objetos de estudo dos naturalistas europeus. Assim, os objetos da natureza eram deslocados para um recinto onde eram transformados posteriormente em artigos que seriam manipulados pelos estudiosos, principalmente por aqueles que se dedicaram a observar o “teatro da natureza”.

O OLHAR EM EXPANSÃO

Duas metáforas eram recorrentes no século XVII para se fazer referência ao mundo natural: O “teatro” e o “livro” da natureza. A metáfora do livro faz parte da tradição ocidental desde tempos remotos⁴⁸. No entanto, foi durante o Renascimento que, cada vez mais, passou-se a atribuir à natureza a qualidade de livro, algo que poderia ser lido, interpretado, decifrado e manipulado pelo homem. Tanto a idéia do livro como a do teatro da natureza estão estreitamente vinculadas ao processo de transformação do mundo natural em objeto de conhecimento.

Em Leiden, as sessões de vivissecção e dissecação eram abertas ao público durante certo período do ano. O conhecimento feito desta forma transformava-se, ele também, em espetáculo, destacando a dimensão alcançada pelo olhar na cultura neerlandesa naquele momento.

A maneira de se relacionar com o mundo natural é um fator que diferencia as várias culturas, tanto numa dimensão espacial quanto temporal. Uma das marcas da cultura ocidental durante a Época Moderna foi a secularização da cultura. Os estudos sobre o mundo natural, dentro desta ótica, contribuíram para o processo que levou à dessacralização da natureza, abrindo espaço para que o homem cada vez mais tomasse posse dos objetos naturais de acordo com suas necessidades.

As viagens realizadas dentro de um empreendimento colonial operavam em duas direções: de um lado, alargavam as fronteiras do mundo conhecido, na medida em que os homens tocavam espaços distantes com o objetivo de dominá-los. De outro, quando as informações retornavam, elas permitiam que os olhos do colonizador alcançassem o lugar que deveria ser subjugado, contribuindo para a identificação de suas potencialidades. Por isso, a viagem, neste caso, pode expressar a intervenção no mundo natural por um agente social que almejava um poder universal⁴⁹.

Transportando os objetos da natureza ou as informações calcadas na experiência dos naturalistas, os neerlandeses contribuíram para a divulgação, na República, dos segredos contidos na América. Desse modo eles operaram um novo descobrimento.

A presença de Guilherme Piso e de Jorge Marcgrave é, portanto, emblemática, no sentido de que o conhecimento do mundo natural, elaborado pelos naturalistas, pautava-se na descoberta das várias propriedades e dos atributos terapêuticos das diversas espécies.

Os neerlandeses não foram os pioneiros nas navegações oceânicas que acabaram por unir os pontos mais remotos do globo terrestre, integrando-os à órbita européia. Tampouco foram os primeiros a levar os registros das viagens para o continente europeu ou mesmo a transportar espécies exóticas. Algo, porém, diferenciou a experiência batava do século XVII no Brasil: a presença dos naturalistas empenhados em recolher dados sobre a natureza americana. Isso distinguiu a coleta sob dois pontos de vista complementares: o processo de reunir os dados segundo um critério preestabelecido, e o envio desses dados para imediata edição e incorporação às coleções científicas européias. É significativo o fato de *ória Natural do Brasil* e *História Natural e Médica da Índia Ocidental* terem permanecido durante um longo período como referenciais importantes para os estudiosos das ciências da natureza.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Helôisa Meireles Gesteira, doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, é professora do Programa de Pós-Graduação em História Social / UFRJ. Este artigo foi elaborado a partir da tese de doutorado defendida em março de 2001. Agradeço ao CNPq pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa. E-mail: heloisag@visualnet.com.br

- 1 PORTO, José da Costa. *Nos tempos do visitador: subsídios ao estudo da vida colonial pernambucana nos fins do século XVI*. Recife: UFPE, 1968.
- 2 GESTEIRA, Helôisa Meireles. *A cidade maurícia e a colonização holandesa no Brasil - 1630/1654*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro: 1996.
- 3 FREYRE, Gilberto. *O Recife sim, Recife não*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- 4 Doravante podemos nos referir à Companhia simplesmente através de sua sigla oficial WIC, *Westindische Compagnie*.
- 5 Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olanda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1645*. São Paulo: EDUSP, 1975. O período da dominação neerlandesa no Brasil, que se estendeu de 1630 até 1654, foi marcado por intensas guerras. Entretanto, essas batalhas podem ser divididas em três fases distintas. Os anos de 1630 até 1637 foram marcados pela conquista garantida pelas armas. De 1637 a 1645 a colônia neerlandesa alcançou o momento de maior consolidação do domínio e da administração. Finalmente, o período de 1645 até 1654, quando os batavos foram expulsos do território. Para um contraponto a esta periodização da guerra, confrontar com a periodização proposta por Evaldo C. de Melo, que considera o período de 1630 até 1637 como o de resistência ao invasor, já que o seu enfoque cai sobre os luso-brasileiros que habitavam a região mesmo antes da investida dos neerlandeses. Cabe ainda lembrar que durante todo o período do domínio batavo a situação de guerra era constante.
- 6 BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia: 1974. p. 149. Barléu foi responsável por escrever as memórias do Conde João Maurício de Nassau-Seigen logo que este retornou para a República. Humanista e historiador de renome nos Países Baixos Unidos, recebeu das mãos de Nassau o material necessário para compor sua obra. Embora também conhecido como Barleus, nessa tradução foi usado Barléu.
- 7 NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. Nieuhof foi soldado da WIC.
- 8 CALADO, Manuel (Frei). *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Frei Calado pertenceu à Ordem de São Paulo primeiro Ermitão de Portugal. Nasceu em Vila Viçosa e se criou próximo à Casa de Bragança. Calado viveu no Recife Holandês e freqüentou a casa do Conde de Nassau.

- 9 Para o conceito de cidade colonial conferir especialmente o trabalho de MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 18-33.
- 10 CALADO, op. cit., p. 99.
- 11 HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982. Ver especialmente o capítulo "O Semeador e o Ladrilhador". Desde o trabalho de Paulo Santos sobre as cidades portuguesas na América as teses de Sérgio Buarque de Holanda vêm sendo questionadas por historiadores da arte e da arquitetura, particularmente no que tange à falta de racionalidade na edificação dos núcleos urbanos coloniais. Para tanto, buscou-se evidenciar como a legislação impunha inúmeras regras para ocupação do solo urbano. O que nos é importante registrar é a escassez de planos geométricos para representar as cidades ultramarinas portuguesas, conforme apontado por Walter Rossa em seu texto "O Urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas" publicado em: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata. (Coord.). *Universo Urbanístico Português 1415/1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.
- 12 Pieter Post foi também responsável pela construção da casa do Conde em Haia, um dos lugares que Nassau residiu quando retornou para Europa. Para uma relação entre a Cidade Maurícia e a ciência ver especialmente: CATALÁ, José Sala. El paraíso urbanizado: ciencia y ciudad em el Brasil Holandés. *Quiqup*, v. 6, n. 1, p. 331-363, 1989.
- 13 Utilizo a expressão a partir do trabalho de Mumford para se referir às cidades da época barroca: "...Um dos maiores triunfos da mentalidade barroca foi organizar o espaço, tornando-o contínuo, reduzindo-o à medida e à ordem, estendendo os limites da grandeza, para abranger o extremamente remoto e o extremamente pequeno; finalmente associando o espaço ao movimento e ao tempo." Nesta passagem estão contidas as noções de ordenar e hierarquizar, que nos interessam especialmente. MUMFORD, L. *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 396. Em relação à cultura barroca remeto para o conceito desenvolvido por: MARAVALL, José Antonio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.
- 14 RAMA, Angel. *As cidades das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Sobre as cidades coloniais, conferir os dois primeiros capítulos.
- 15 PISO, Guilherme. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: MEC / INL, 1957. p. 35.
- 16 BARLÉU, op. cit., p. 205.
- 17 MATSUURA, Oscar. *Uma avaliação dos trabalhos astronômicos de Georg Marcgrave no Brasil*. Rio de Janeiro: MCT/ MAST. Documento mimeografado.
- 18 VAN ZUYLEN, Gabrielle. *Tous les jardins du monde*. Paris: Gallimard, 1994.
- 19 A listagem encontra-se na legenda que acompanha a planta que ilustra o livro de Gaspar Barléu.
- 20 BARLÉU, op. cit., p. 151. Sobre a origem das espécies, Cf. CORREIA, Pio. *Dicionário das plantas úteis no Brasil e das exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984. 6 v.
- 21 A BOLSA DO BRASIL: onde claramente se mostra a aplicação que teve o dinheiro dos acionistas da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, Recife, 1647. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, t. 3, n. 28, p. 38, 1883.
- 22 NIEUHOF, op. cit. p. 45.
- 23 Estas duas cidades onde Nassau construiu residências eram bastante importantes para sua estratégia de ascensão social na Europa. Haia era a sede do governo dos Estados Gerais da República batava e residência da família Orange-Nassau, principal da nobiliarquia neerlandesa. Cleves, na região do Reno que fazia fronteira com a República, de onde provinha a outra linhagem do Conde, os Siegen. Cf. DIEDENHOFEN, Wilhelm. "Johan Maurits and his gardens" in BOOGAART, Johan (Editor). *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604/1679*. Haia: The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.
- 24 KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, n. 29, p. 56-85, 1997.
- 25 PISO, op. cit., p. 665.
- 26 Ibidem, p. 403.
- 27 PAPAVERO, J. ; TEIXEIRA, G. Os jardins botânicos no Brasil colonial. *Contribuições avulsas sobre história natural*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 1-22, mar. 2000.
- 28 SHEURLEER, T. H. L. Un amphitheatre d'anatomie moralizée. In: MEYES, G. H. M.; SHEURLEER, T. H. L. (Ed.) *Leiden University in the seventeenth century, na exchange of learning*. Leiden: University Press, 1945. BERKER, K.; HELDEN, A. ; PALM, L. (Ed.). *A History of science in the Netherlands, survey, themes and references*. Leiden: Brill, 1999.
- 29 PISO, op. cit., p. 170.
- 30 Nieuhof em seu texto registra esse processo. Cf. NIEUHOF, op. cit.
- 31 WHITEHEAD, Peter James Palmer; BOESMAN, Martin. *Um retrato do Brasil Holandês do século XVII: animais, plantas e gentes pelos artistas de John Maurits*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1989, p. 19.
- 32 Cf. TENENTI, Alberti. O mercador e o banqueiro. In: GARIN, Eugenio (Org.). *O homem renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- 33 LAET, Johannes. *Beschrijvinghe van West-Indien door Joannes de Laet, tweede druk; In ontallycke plaetsen verbertert vermeerdert, met eenige nieuwe caerten, beelden van verscheijden dieren ende planten verciert*. Leyden: Elzeviers, 1630. Não se deve, porém, menosprezar o fato de que o período anterior à chegada de Nassau e depois de sua partida foram marcados por guerras na região dominada pelos batavos, o que também dificultava o investimento nos estudos sobre a natureza americana.
- 34 Cf. nota 28.
- 35 POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs e curieux: Paris, Venise - XVIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1987.
- 36 SCHNAPPER, Antoine. *Le géant, la licorne la tulipe: collections françaises au XVIIe siècle*. Paris: Flammarion, 1988; LUGLI, Adalgiza. *Naturalia e Mirabilia: les cabinets de curiosité en France*. Paris: Adam Biro, 1998.
- 37 PISO, op. cit., p. 8.
- 38 Ao que parece, a coleção ficou perdida depois da Segunda Guerra Mundial, só sendo reencontrada na década de 1970, depois de uma busca exaustiva nos museus e arquivos da Europa por parte de Peter Whitehead. Atualmente os originais se encontram na Biblioteca da Universidade Jaguelônica, em Cracóvia, na Polônia. Recentemente o material foi publicado contando com a colaboração científica de Dante Martins Teixeira. TEIXEIRA, D. M. (Org.) *Theatrum rerum naturalium brasiliae*. Rio de Janeiro: Index, 1995.
- 39 Os dados sobre a vida de Eckhout são obscuros. Sua formação de pintor e a sua trajetória depois que regressou à Europa e se desligou de Nassau não puderam ser totalmente reconstituídas. Cf. WHITEHEAD, P. J. P.; BOESMAN, M., op.cit.
- 40 MENTZEL, C. *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, op. cit., p. 16. Dedicatória.
- 41 O Teatro reúne quatro volumes encapados separados pelos seguintes subtítulos: *icones aquatilium, icones volatilium, icones animalium e icones vegetaliun*.
- 42 Ibidem, p. 18.
- 43 Ibidem, p. 20.
- 44 Ibidem, p. 20.
- 45 Ibidem, p. 21.
- 46 PISO, op. cit., p. 231.
- 47 Ibidem, p. 577.
- 48 CURTIUS, Ernst Robert. O livro como símbolo. In: *Literatura européia e idade média latina*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- 49 CARRILO, Jesús. From Mt Ventoux to Mt Masaya: The Rise and Fall of subjectivity in early modern travel narrative. In: ELSNER, Jas; RUBIÉS, Joan-Paul. (Ed.). *Voyages and visions: towards a cultural history of travel*. Londres: Reaktion, 1999.